

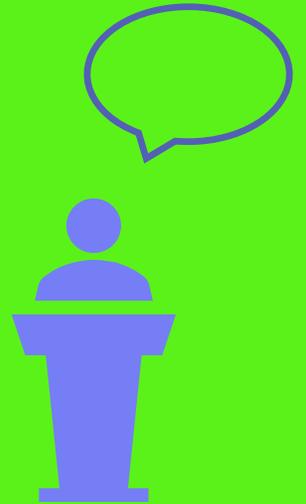
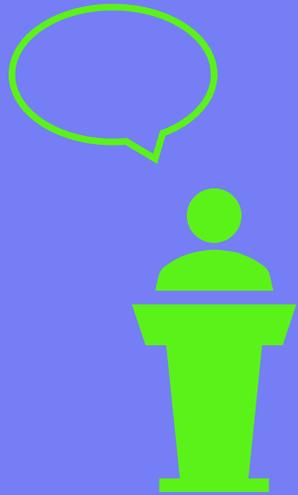


Um olhar sobre o segundo turno

A polarização dos candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) para o segundo turno das eleições 2018 aumenta a expectativa para o setor elétrico em 2019.

Empresários e especialistas do setor concordam, no entanto, que é necessário fazer investimentos e encontrar o melhor caminho para a modicidade tarifária, estimular o investimento em novos projetos estruturantes, em um ambiente de segurança jurídica.

Dentre os principais economistas ligados às campanhas presidenciais, é quase consenso que o Brasil precisa investir em infraestrutura, gerando ganhos de produtividade num momento crítico para a economia brasileira.





Este material é a segunda parte da análise das propostas apresentadas pelos candidatos à Presidência, iniciada antes do primeiro turno das eleições.

Agora, o objetivo é apresentar o perfil da vida política do candidato, suas principais propostas até o momento (com eventuais alterações de posicionamento entre primeiro e segundo turno) e de que forma podem passar pelo Congresso Nacional.

São analisados:

- representatividade parlamentar dos partidos
- coligações das campanhas
- apoios obtidos pelas bancadas
- entrevistas concedidas a veículos da grande imprensa
- material divulgado nos portais de campanha dos presidencialistas
- atividade parlamentar e legislativa registrada nos portais da Câmara dos Deputados e Senado Federal

Em todo o estudo, os candidatos e suas respectivas propostas são elencados sempre em ordem alfabética.

Biografias



Presidente:
Fernando Haddad

Bacharel em Direito na Universidade de São Paulo (USP) em 1985, com especialização em Direito Civil. É mestre em Economia e doutor em Filosofia, também pela USP, onde foi professor de Teoria Política Contemporânea. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1983, nunca mudou de partido.

Foi subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy (2001-2004). Em 2003, foi para Brasília (DF) no cargo de assessor especial do Ministério do Planejamento e Finanças, na gestão Guido Mantega, participando da formatação da Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Em 2005, assumiu o Ministério da Educação. Criou o ProUni e o Fundeb, ampliou o Fies e reformulou o Enem, em 2009. Para os dois últimos, enfrentou problemas *no caso de vazamento da prova do Enem em 2009 e, anos depois, por falhas na gestão do Fies.*

Manteve-se no cargo até novembro de 2011, quando lançou sua candidatura à prefeitura de São Paulo e venceu José Serra (PSDB), elegendo-se no segundo turno com 55,5% dos votos.

Declara-se prefeito da mobilidade urbana, com a criação de projetos para faixas exclusivas de ônibus, implantação de ciclovias e a redução dos limites de velocidade em vias da capital.

Ainda como prefeito, lançou o programa Braços Abertos, o Transcidadania, a Secretaria de Igualdade Racial e a Controladoria Geral do Município.

Em 2016, tentou a reeleição, mas foi derrotado já no primeiro turno por João Doria (PSDB), que agora disputa o governo paulista.



Vice-presidente:
Manuela D'Ávila

Bacharel em jornalismo pela PUC-RS (2003). Filiou-se à União da Juventude Socialista (UJS) em 1999, período em que ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas que não concluiu. Em 2001, ao PCdoB, seu partido até hoje. Em 2003, tornou-se vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, no ano seguinte, se elegeu como a vereadora mais jovem de Porto Alegre, defendendo pautas ligadas à educação.

Foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul de 2007 a 2015 e líder de seu partido na Câmara dos Deputados em 2013. No Congresso, foi relatora da Lei dos Estágios, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Fez parte da Frente Parlamentar do Esporte, da Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade na Internet e da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT.

Disputou a Prefeitura de Porto Alegre duas vezes, em 2008 e 2012, mas não foi eleita. Atualmente, exerce mandato de deputada estadual no Rio Grande do Sul.



Presidente:
Jair Bolsonaro

Formou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1977. De 1979 a 1981, serviu ao Exército e cursou a Brigada de Paraquedismo do Rio de Janeiro. Em 1983, formou-se no curso de Educação Física do Exército e chegou à patente de Capitão.

Tornou-se conhecido em 1986, quando liderou um protesto contra os baixos salários dos militares. Em 1988, foi eleito vereador do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Neste período, apresentou sete projetos de lei, entre os quais, para o transporte gratuito de militares em ônibus urbanos e para o acompanhamento de doentes terminais e idosos em hospitais.

Em 1990, afastou-se do cargo para se candidatar a deputado federal, permanecendo na Câmara por seis mandatos sucessivos. Foi filiado a oito partidos políticos: PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC e, atualmente, ao PSL.

Na eleição mais recente, em 2014, foi o candidato mais votado do Rio de Janeiro, com mais de 464 mil votos.

Segundo o portal da Câmara dos Deputados, em 27 anos como deputado federal, Bolsonaro foi autor de 162 projetos de lei, dos quais dois foram aprovados: a prorrogação de benefícios fiscais ao setor de informática e a liberação da fosfoetanolamina (chamada de pílula do câncer).

Entre as bancadas que contaram com a atuação do deputado na Câmara: bancadas da frente ambientalista e municipalista, bancada evangélica e contra o aborto.

Votou a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.



Vice-presidente:
General Mourão

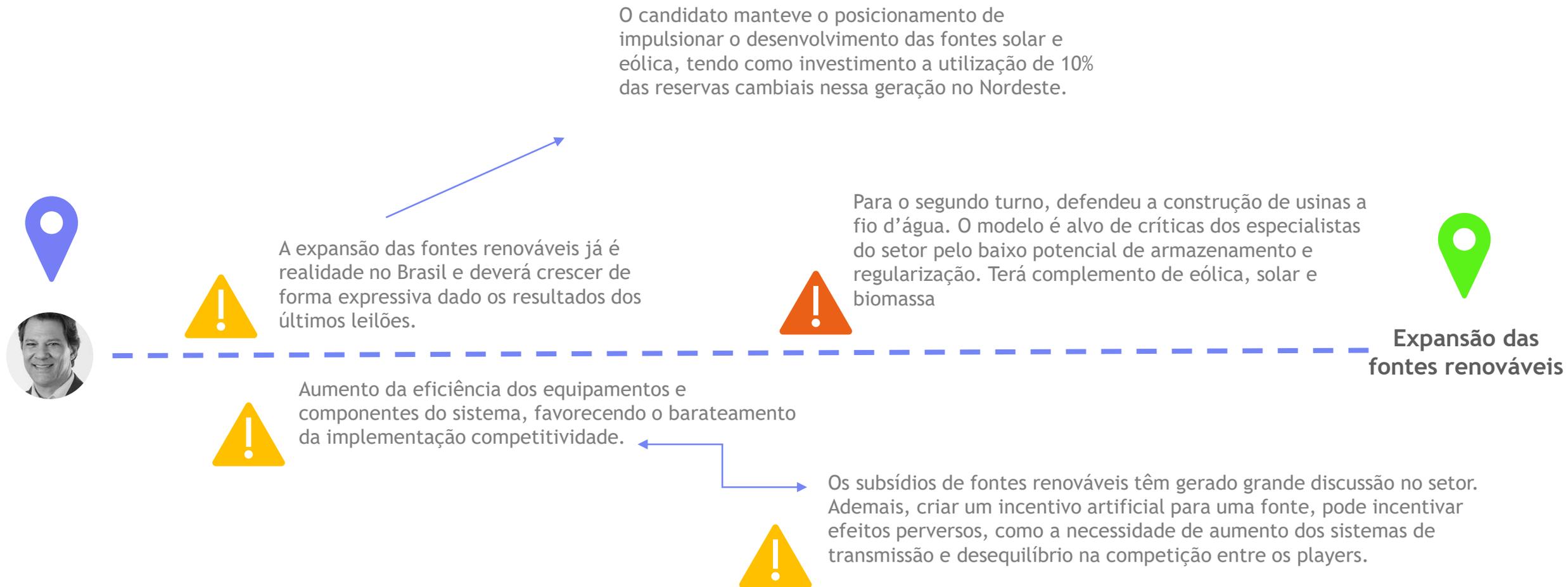
Antônio Hamilton Martins Mourão ingressou no Exército em fevereiro de 1972, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Em 1975 foi declarado aspirante-a-oficial da Arma de Artilharia. Depois foi instrutor da academia na qual se graduou. Cumpriu Missão de Paz em Angola e foi adido militar na Embaixada do Brasil na Venezuela.

Em 2017 foi exonerado pelo presidente Michel Temer do cargo de Secretário de Economia e Finanças do Exército, após afirmar que o presidente Michel Temer fazia do governo um “balcão de negócios” para se manter no poder.

Em fevereiro de 2018 teve a sua aposentadoria oficializada, como general da reserva. No mês seguinte, filiou-se ao PRTB e em agosto foi anunciado como candidato a vice-presidente.

Quais foram as
propostas dos
candidatos para
o setor





 Ponto de atenção - 1º turno

 Ponto de atenção - 2º turno



A proposta está de acordo com as perspectivas apresentadas e sugeridas no Plano Decenal de Expansão da Energia 2026 (PDE), sendo a que apresenta referência natural para a expansão de geração termelétrica.



Substituição de combustíveis fósseis por gás natural

A curto e médio prazos, o GNL importado representa o combustível padrão para o desenvolvimento de novas usinas. O desenvolvimento das reservas do Pré-Sal, ainda com horizonte incerto, poderá ampliar significativamente a contribuição do gás natural na matriz energética brasileira.



Ponto de atenção - 1º turno



Expansão da geração por fontes renováveis.



A micro e minigeração se destacam pelo rápido desenvolvimento e adesão dos “prosumidores”.



Ampliação da micro e minigeração distribuída



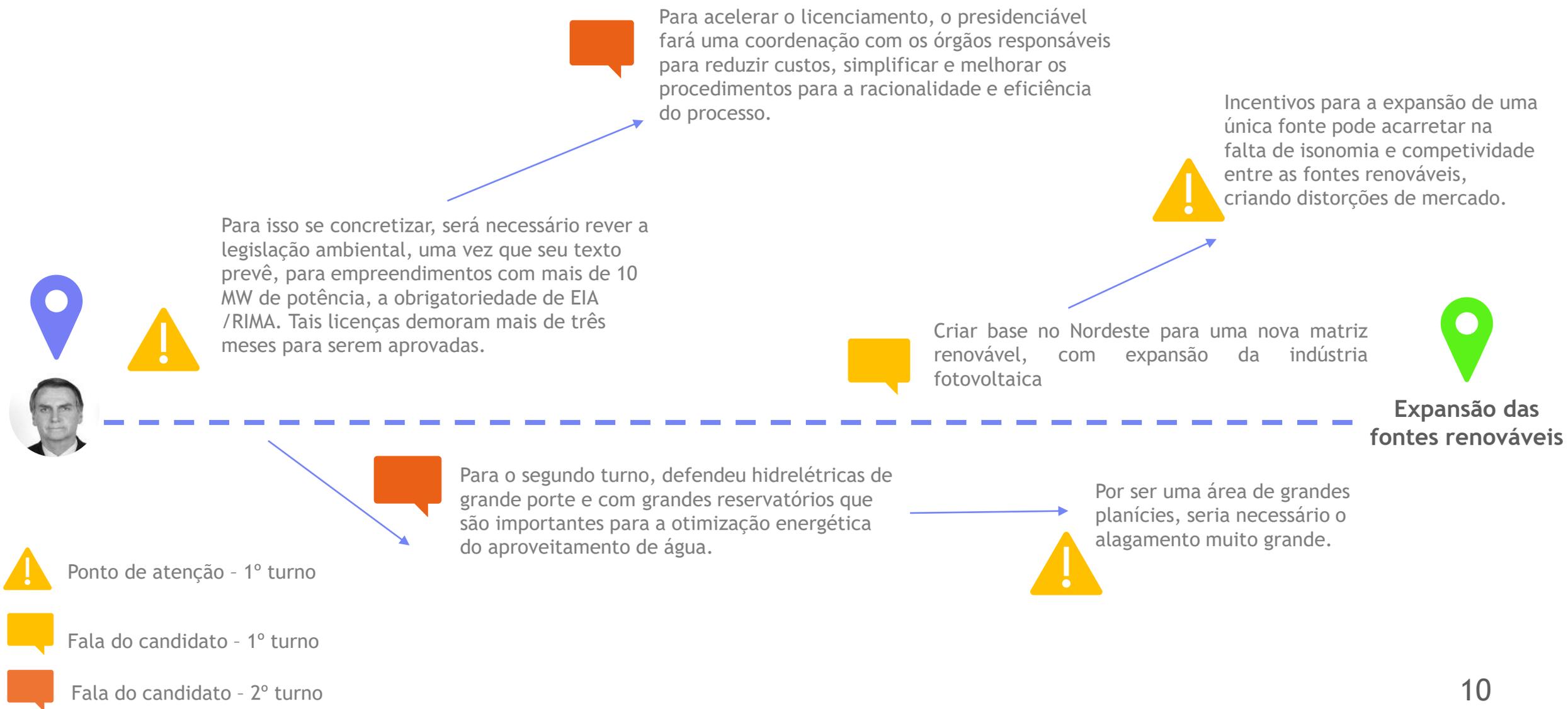
O incentivo para a micro e minigeração foi criado por um sistema de subsídio cruzado. Está em avaliação a redução dos subsídios cruzados por meio de discussão de entidades e órgãos reguladores.

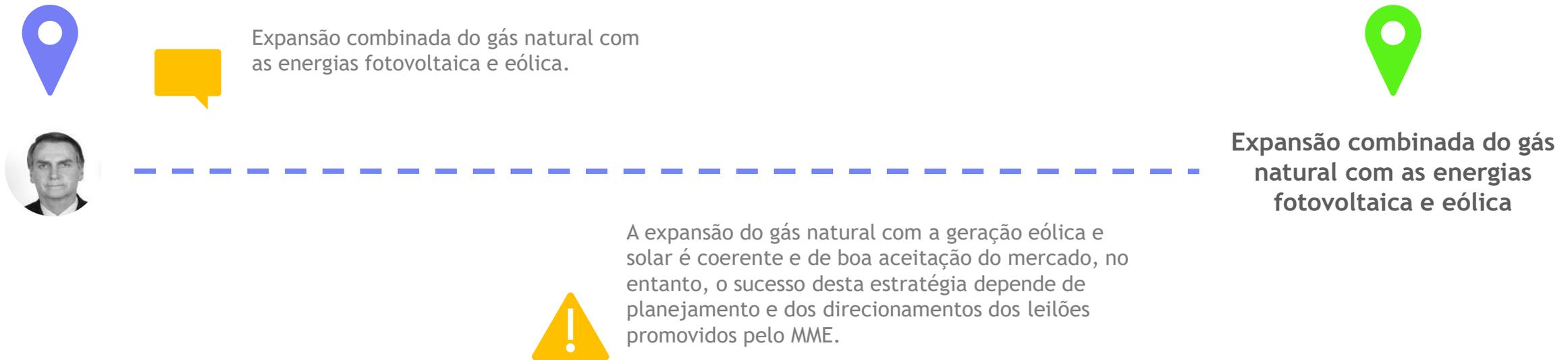
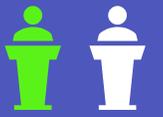


Ponto de atenção - 1º turno



Fala do candidato - 1º turno





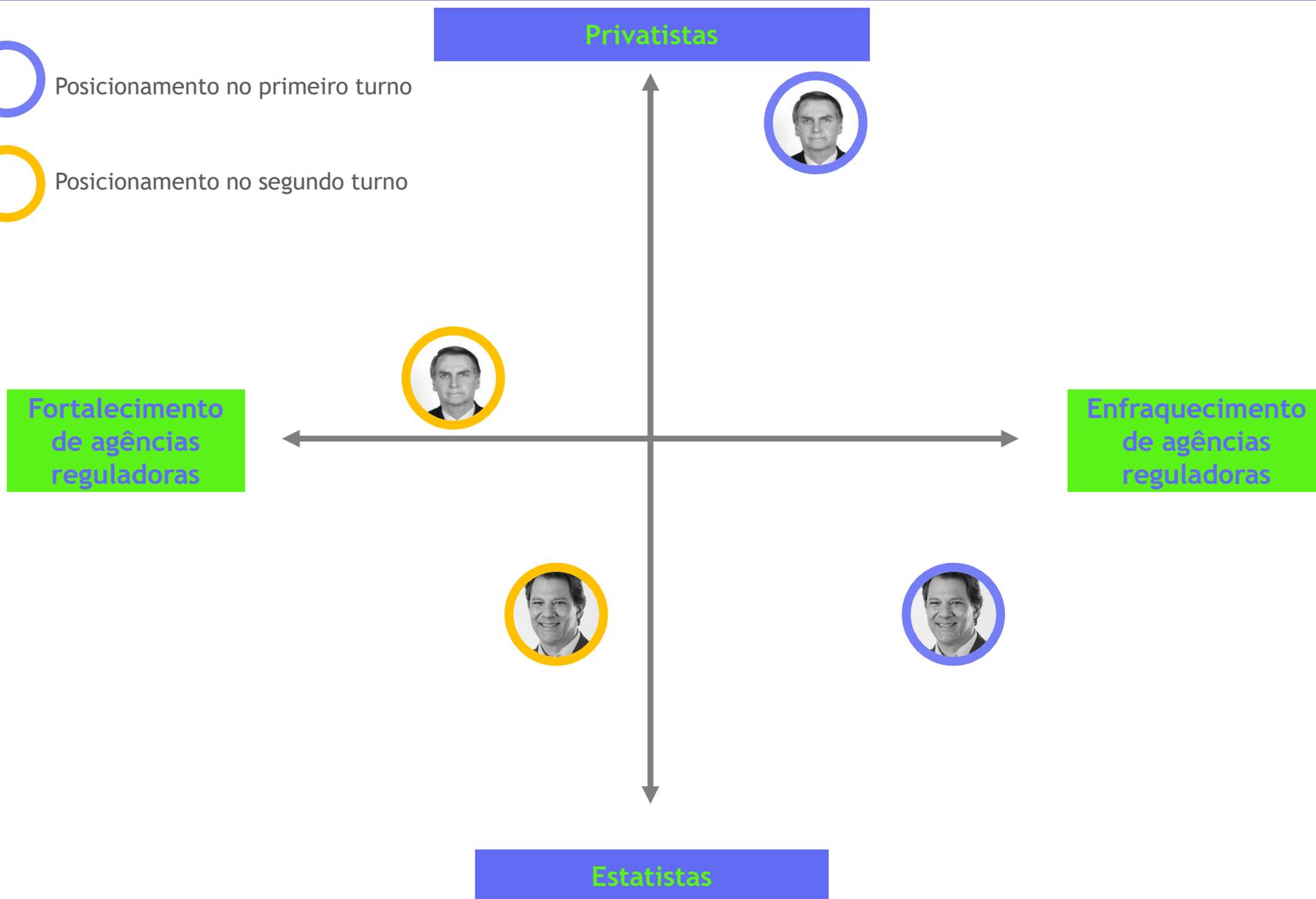
 Ponto de atenção - 1º turno

 Fala do candidato - 1º turno

Posicionamento dos candidatos



-  Posicionamento no primeiro turno
-  Posicionamento no segundo turno



No segundo turno, o presidenciável Jair Bolsonaro declarou que não irá privatizar as geradoras de energia “de jeito nenhum”, contrariando seu posicionamento no início da campanha.

Ambos os candidatos declararam apoio, no segundo turno, ao PL 6.621/2016, que aprimora as regras das agências reguladoras.

O candidato Jair Bolsonaro, no entanto, detalhou melhor as propostas para promoção da transparência e diretrizes para não gerar vínculo das indicações políticas na diretoria.

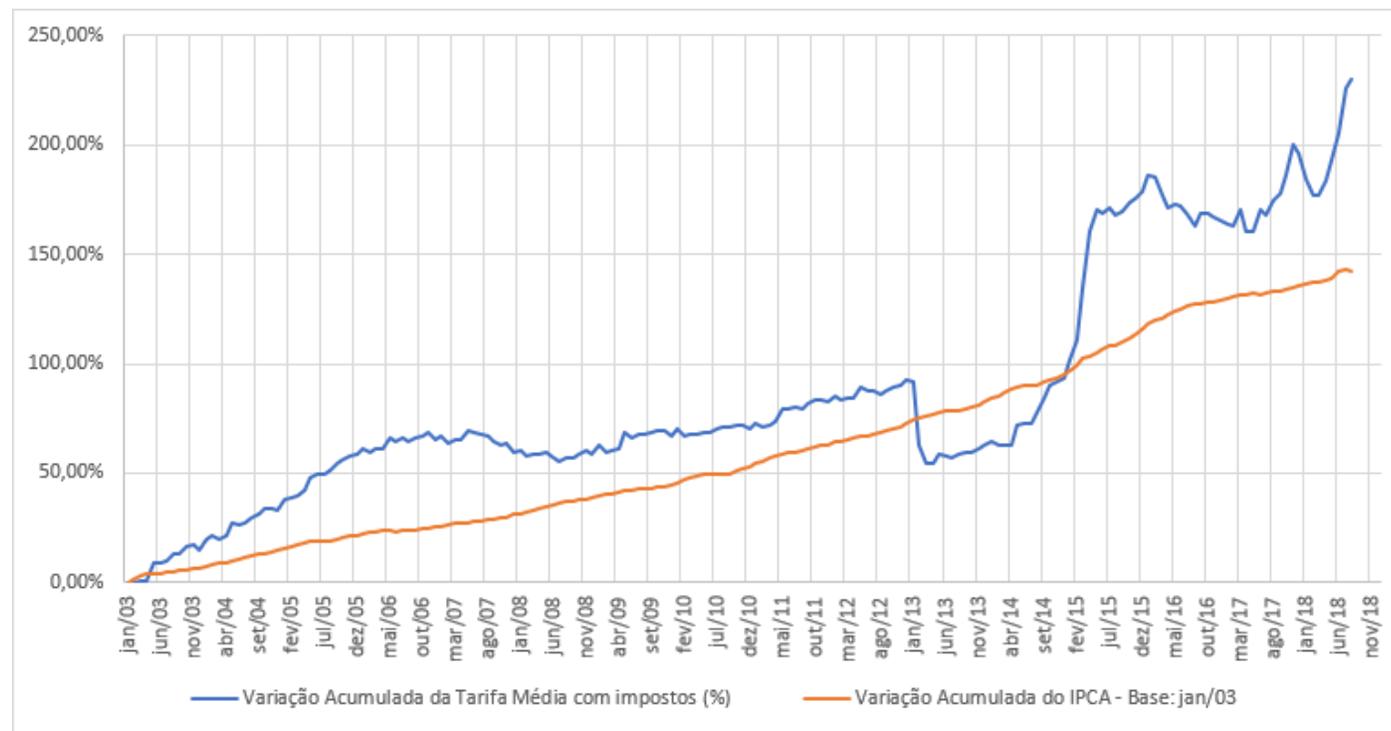


A modicidade tarifária, assunto muito crítico para os consumidores de energia, ainda não recebeu propostas objetivas dos candidatos no segundo turno.

O gráfico ao lado mostra o comportamento das tarifas diante da inflação desde 2013.

Mesmo assim, os candidatos citam o tema como importante, sem especificar sua atuação.

Luciano de Castro, interlocutor da campanha de Jair Bolsonaro para o setor, declarou durante o segundo turno que a questão é crítica, e que buscará a redução. Haddad, manteve declaração do primeiro turno, enfatizando a importância, mas também os subsídios em programas como Luz para Todos e Reluz





O portal JOTA, especializado na cobertura do Poder Judiciário, questionou os presidentiáveis sobre a ordem de prioridade que seria dada pelo seu governo aos segmentos de infraestrutura.

Enquanto Fernando Haddad considera o setor elétrico como prioritário, Jair Bolsonaro coloca a Energia em terceiro lugar. As posições se invertem ao falar de Saneamento, o setor prioritário para Jair Bolsonaro, e que fica em terceiro lugar para o concorrente.

Ambos no entanto, concordam que Telecomunicações ocupam o quarto lugar nas prioridades de infraestrutura.

Importância	Fernando Haddad	Jair Bolsonaro
1	Energia	Saneamento
2	Transporte	Transporte
3	Saneamento	Energia
4	Telecomunicações	Telecomunicações

Quem apoia os
candidatos no
segundo turno





Os candidatos receberam apoios de partidos e candidatos derrotados no primeiro turno. Há uma tendência para que esses apoios tenham continuidade nas aprovações de projetos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o que nem sempre, se confirma ou mantém após a efetivação dos cargos.



Fernando Haddad

O candidato do PT integra a coligação O Povo Feliz de Novo, com PCdoB e Pros.

Declararam apoio à sua eleição no segundo turno: Ciro Gomes (PDT); João Goulart (PPL); Marina Silva (REDE), e Guilherme Boulos (PSOL)



Jair Bolsonaro

Candidato pelo PSL, Jair Bolsonaro formou a coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos, junto ao PRTB, partido de seu vice.

Para o segundo turno, recebeu o apoio do PTB e do PSC. Nenhum partido dos presidenciais derrotados no primeiro turno declarou apoio direto ao candidato.



Os demais partidos se declararam neutros ou liberaram seus diretórios a votarem como preferirem. Com isso, os candidatos derrotados no primeiro turno se posicionaram junto à imprensa, declarando o posicionamento durante e após as eleições:



Geraldo Alckmin - Discursando pelo PSDB, liberou os diretórios a se posicionarem conforme as realidades estaduais e declarou não se sentir representado por nenhum dos dois candidatos.



Henrique Meirelles - Com o posicionamento neutro do MDB, declarou que será de independência e de avaliação sobre o que os candidatos, de fato, pretendem fazer.



João Amoedo - A sigla declarou-se neutra no segundo turno e o candidato derrotado reforçou o posicionamento partidário de ser "absolutamente" contrário ao PT, com ideias e práticas opostas às do partido.

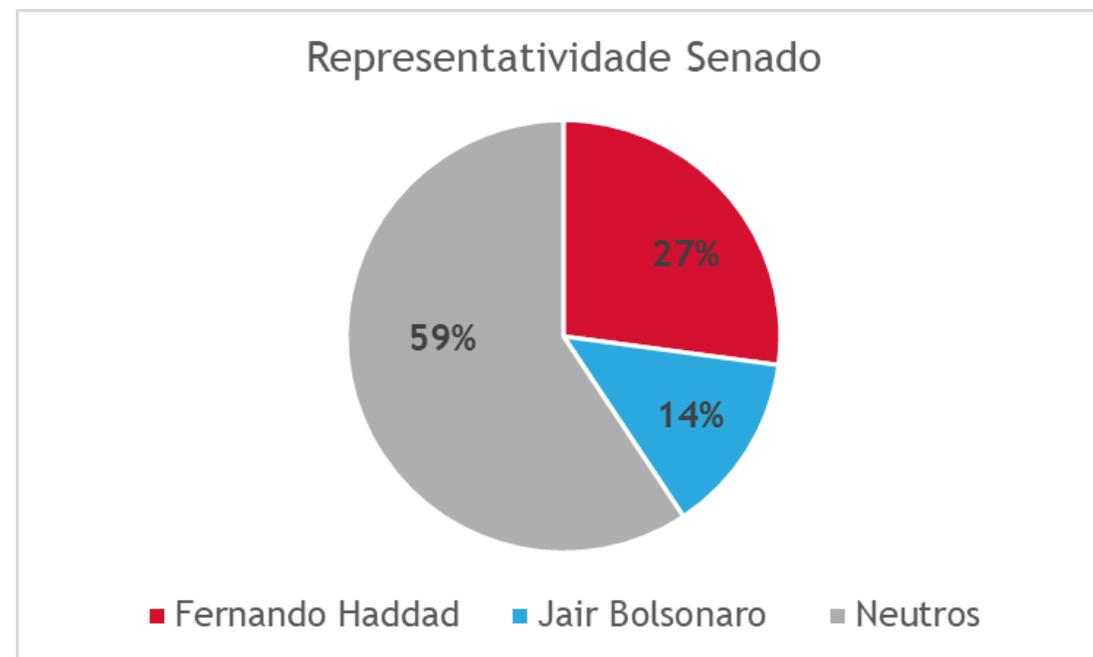
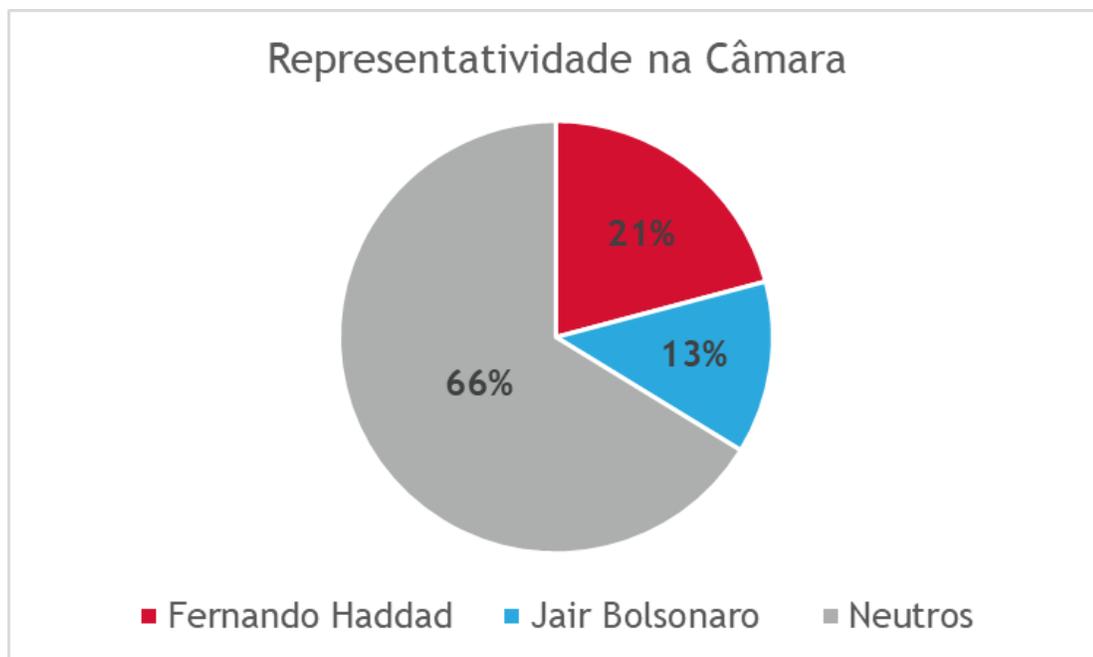


Alvaro Dias - O Podemos divulgou que permanecerá neutro neste momento, e Dias, “que o silêncio é a melhor alternativa para ele neste momento”.



A Câmara dos Deputados possui uma bancada com 513 deputados, dos quais 108 são dos partidos dos presidentiáveis. Os partidos dos candidatos do PT e PSL elegeram o maior número de representantes, com 56 e 52 parlamentares, respectivamente. Na sequência, o PP elegeu 36, enquanto o MDB e o PSD ficaram com 34 cadeiras cada.

Já no Senado Federal, com 81 senadores de 21 partidos diferentes, quem possui o maior número de cadeiras é o MDB, com 12 senadores eleitos. O PSDB elegeu 9, seguido do PSD com 7, e DEM e PT empatados com 6 senadores.



Projetos no Congresso

Saiba os projetos que tramitam no Congresso e que ficam para solução do próximo governo. Eles estão divididos em:

- Projetos de Decreto Legislativo - PDC
- Projetos de Lei - PL





PDC-1022/2018 - suprime dispositivos para proibir a cobrança do consumo de energia pela média de valores faturados. Propõe que sejam eliminados o faturamento pela média das contas anteriores em caso de leitura plurimensal ou na impossibilidade de acesso do leiturista.

PDC-918/2018 - susta a qualificação da Eletrobras para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e Programa Nacional de Desestatização (PND, impossibilitando a participação da estatal em novos negócios, ou a venda de suas participações em leilões futuros.

PDC-907/2018 - susta os efeitos normativos do sistema de bandeiras tarifárias, regulado pelo Decreto 8.401/15 e pela Resolução Normativa 457/13, sendo contrário aos contratos de concessão assinados pelo poder público com as distribuidoras e retirando o sinal de alerta para consumo dos clientes.

PL6621/16 - unifica as regras sobre a gestão, poder e controle social das agências reguladoras. Traz maior segurança para o mercado, empresas e para o consumidor. Não sujeita ao indicado em cargos de diretoria a responsabilidade para deliberar em conformidade ao entendimento do governo que o indicou



PL 8652/2017 - veda o repasse pela cobrança do furto de energia aos consumidores, retirando sua composição da base de cálculo das tarifas. Sua aprovação vai contra o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão, penalizando a distribuidora em locais onde não há presença do poder público.

PL 1917/15 - portabilidade para o mercado livre de consumidores residenciais e pequenos comerciantes a partir de 2028 . O prazo de 10 anos pode ser benéfico, pois amplia o período para adequação das distribuidoras ao novo ambiente e ao vencimento de contratos.

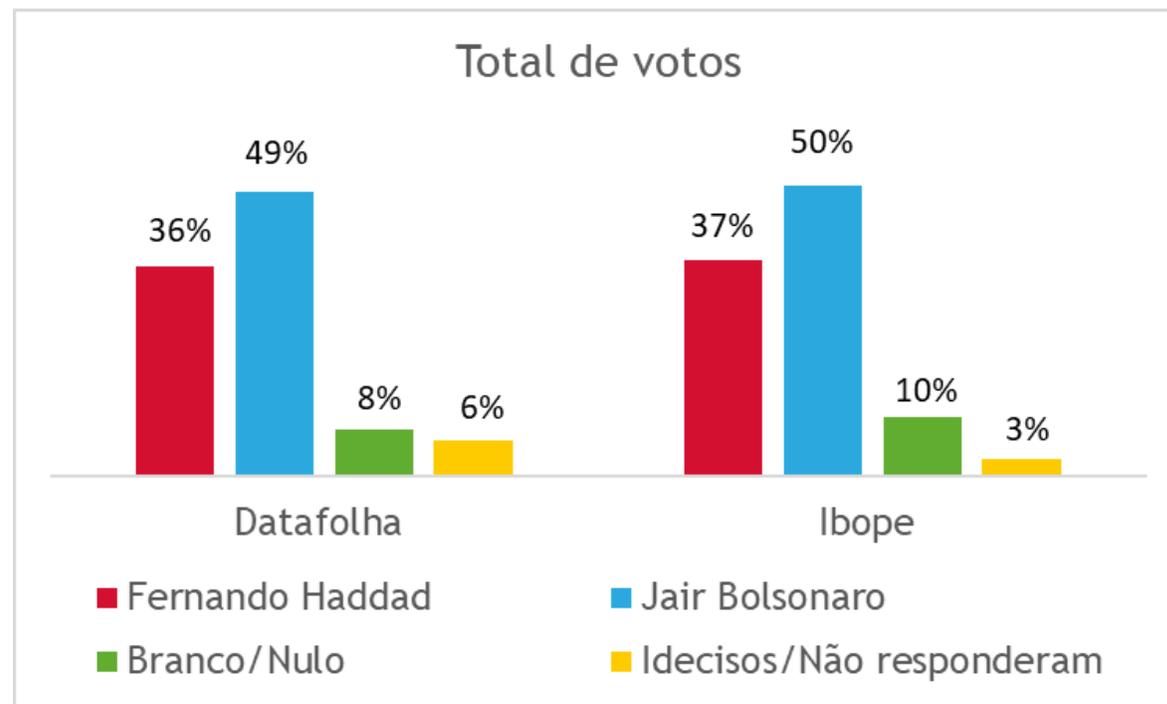
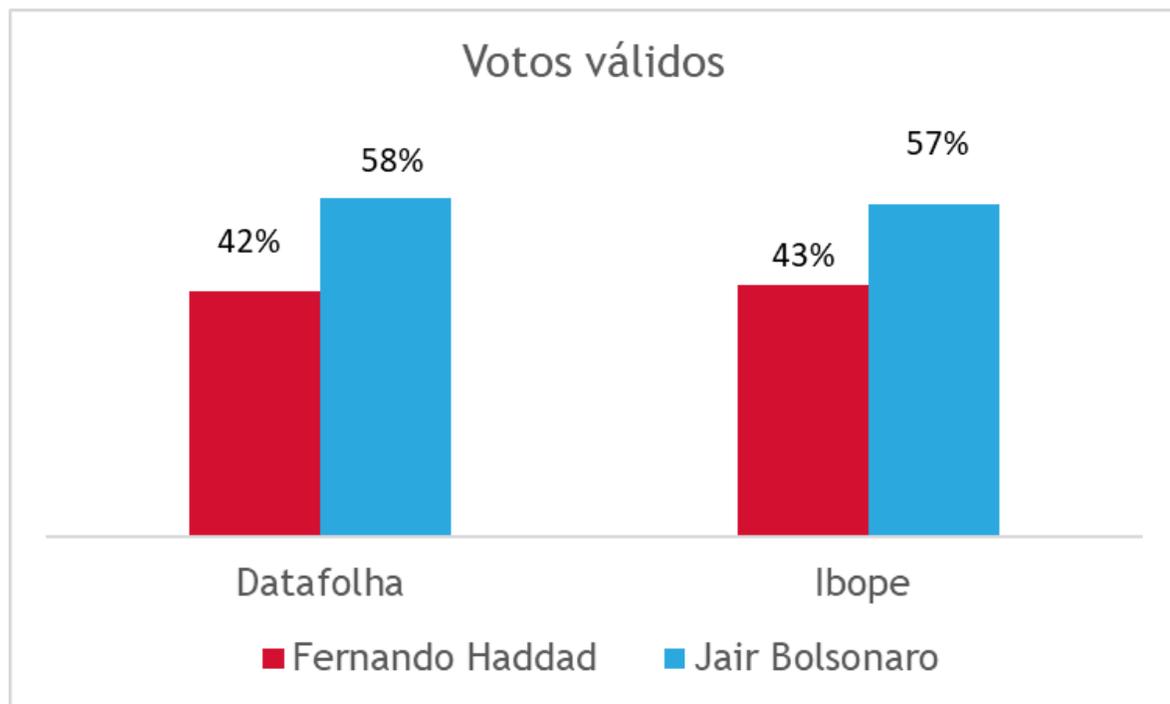
PL 9463/18 - privatização da Eletrobras e alterações na Lei 10.848/2004, que estabeleceu o novo modelo do setor elétrico, entre outras.

PL 77/2018 (Antigo 10.322) - rejeitado pelo Senado Federal. A atração de interessados para a venda da Amazonas Energia dependia da aprovação desse projeto. Também deixou o impasse do risco hidrológico (GSF na sigla em inglês) para ser resolvido por meio de uma Medida Provisória (MP) ou um novo projeto de lei, que possivelmente será aprovado pelo próximo Congresso.

O que as pesquisas indicam?

As últimas pesquisas divulgadas pelo Datafolha e Ibope mostram que Jair Bolsonaro tem larga vantagem sobre Fernando Haddad na corrida presidencial. Pela metodologia do primeiro, o candidato do PSL lidera com 49% dos votos totais, uma vantagem de 13% sobre Haddad. A vantagem é um pouco maior pelo Ibope, com 16% à frente.

Em média, 10% dos eleitores votarão em branco ou nulo no segundo turno. Já os indecisos, ou que não souberam responder, o Datafolha aponta que são 6% dos eleitores, enquanto que o Ibope indica 3% dos entrevistados.



* Datafolha - pesquisa divulgada em 18 de outubro

**Ibope - pesquisa divulgada em 23 de outubro

COMERC ENERGIA

São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909
21º andar Torre Norte
04543 907
Vila Nova Conceição São Paulo SP
T. 55 11 4573 0000

São José dos Campos

Rua Carlos Maria Auricchio, 70
Salas 1204 / 1205
12246 876
Royal Park São José dos Campos SP

Florianópolis

Av. Trompowsky, 291
1º andar Torre 2
88015 300
Centro Florianópolis SC

Campinas

Av. Dr. José Bonifácio
C. Nogueira, 214
Salas 438 / 440
13091 611
Jardim Madalena Campinas SP

Ribeirão Preto

Av. Braz Olaia Acosta, 727
Conj. 1009 / 1010
14026 040
Ribeirão Preto SP

Manaus

Av. Jornalista Humberto
Calderaro Filho, 1300
Salas 603 / 604
69057 015
Adrianópolis Manaus AM

Bento Gonçalves

Rua Carlos Flores, 259
Sala 201
95700 000
São Bento Bento Gonçalves RS

A MEMBER OF

Energy  Experts

comerc.com.br